

As ameaças de Trump

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista



O ano de 2025 pode ser o das grandes revelações. Boas ou más, depende do ponto de vista, mas a chegada da direita norte-americana, obtusa e retrógrada, ao poder em Washington terá o poder de esclarecer muita coisa. Trump se insinua como uma espécie de vingador do tempo, capaz de com uma ou duas canetas restituir os Estados Unidos aos melhores momentos de sua história. São tentativas autênticas, porém sem qualquer fundamento na realidade. Ele vai se embaraçar nos problemas do dia a dia, nas questões menores e nos grandes problemas mundiais. Os americanos não estão mais sozinhos na liderança do mundo.

Pequeno exemplo veio da tragédia em Nova Orleans. Um motorista alucinado atropelou dezenas de pessoas, matou 15 e, depois, trocou tiros com a polícia na Bourbon Street. Foi morto. Trump atacou imediatamente os estrangeiros, que seriam piores que os nacionais. Ocorre que o motorista da camionete era norte-americano, nascido no Texas, e veterano do Exército dos Estados Unidos. Mais norte-americano, impossível. O problema, portanto, começa dentro de casa. Seria fácil atacar estrangeiros e colocar nas costas deles todos os males que afligem o grande irmão do norte. Hitler acusou os judeus. Trump ataca os vizinhos, árabes, negros, chineses e até os europeus. Ele não tem noção do alcance de suas palavras.

Os Estados Unidos constituem um país de migrantes. Os primeiros a chegar na nova terra foram ingleses protestantes que fugiam da perseguição religiosa. Mas diversos povos europeus, assolados pela fome, miséria e desemprego, tentaram a sorte na América. A experiência democrática, a inexistência de um rei, a liberdade religiosa, a de imprensa e a democracia fizeram surgir um novo experimento político-representativo naquele território, antes dominado por índios. Agredir os estrangeiros de certa forma é agredir a própria história do país. A nova direita, com Trump, terá que fazer opções, e nenhuma delas será fácil.

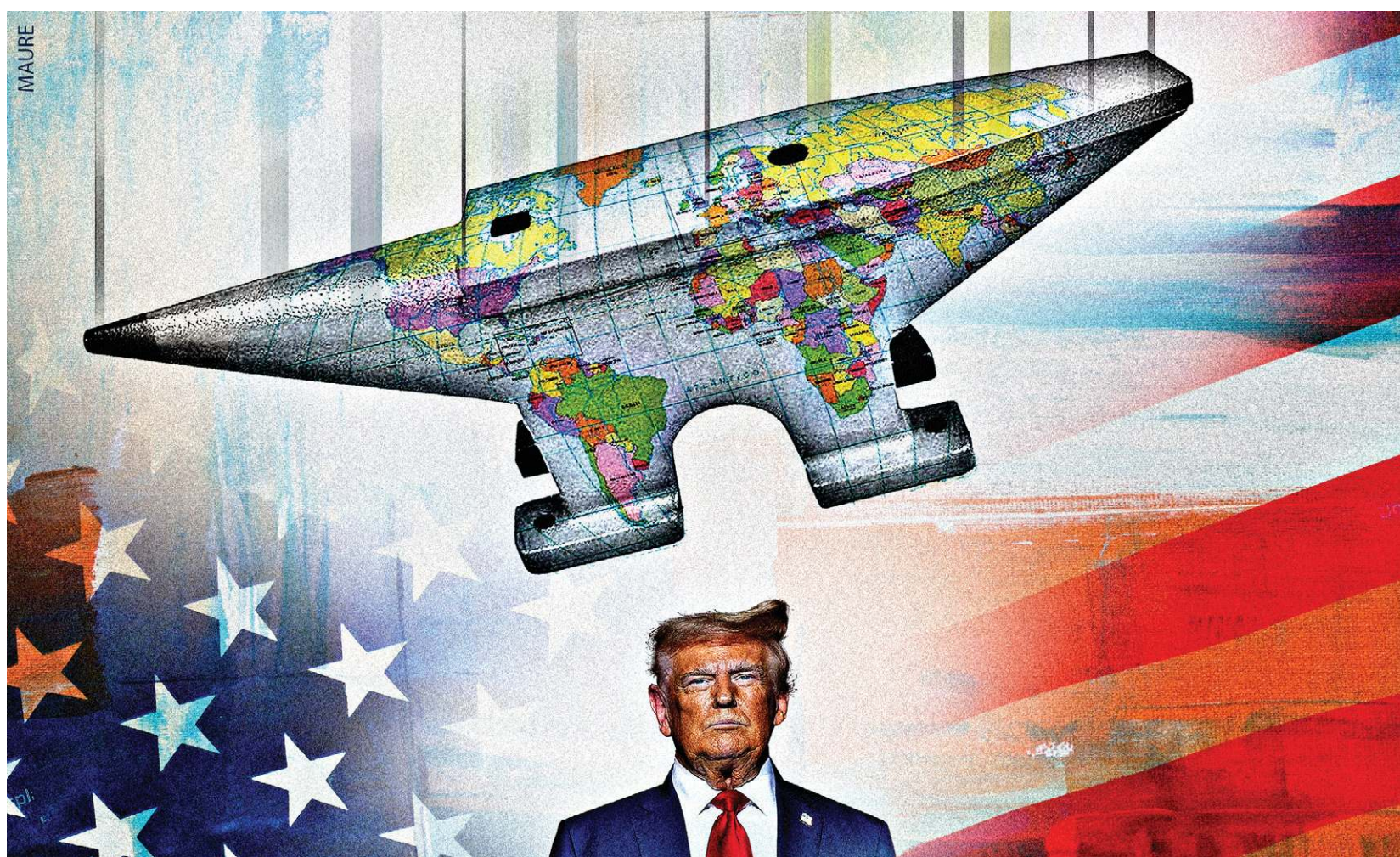
Mas a perspectiva de governo Trump impõe respeito e cautela. As principais correntes de comércio internacional anteciparam compras e o envio de mercadorias para o mercado norte-americano. O porto de Los Angeles teve um aumento de 19% no seu movimento. Os chineses entupiram os portos brasileiros de automóveis elétricos, que poderão ser reexportados para o mercado do norte. Quem exportar para os Estados Unidos antes de 20 de janeiro — data da posse — evita a cobrança de uma sobretaxa que vai onerar muito os produtos naquele mercado. Cada exportador tem a própria política para se desviar do que vem por aí. O mundo vai conhecer uma guerra de tarifas sem precedentes. É difícil prever o vitorioso nesse conflito.

O problema tem nome. É a China. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, o governo de Washington se acostumou a trabalhar com plena liberdade no campo econômico e no político. A guerra fria com os soviéticos foi uma disputa que se espalhou pelo mundo por causa de Cuba, na América, e da China, na Ásia. O regime de Fidel Castro não assusta mais ninguém, a União Soviética acabou. Mas os chineses ascenderam a

posição de segunda maior economia do planeta, expandiram sua influência política pela África e pela América Latina. No ano 2000, o maior parceiro comercial dos países sul-americanos eram os Estados Unidos. Em 2024, o maior parceiro comercial é a China. Os Estados Unidos são o terceiro maior, atrás da União Europeia. A notável queda de influência é percebida em Washington. A resposta é a truculência de Trump.

As prometidas sobretaxas ameaçadas por Trump constituem um aspecto da truculência. Ele pretende partir para cima dos países do Brics que tentam encontrar uma alternativa ao dólar. O Brasil vai presidir neste ano a reunião do grupo que pretende encontrar outra moeda para reduzir a dependência da moeda norte-americana nas transações internacionais. Ele responde a isso com mais ameaças de sobretaxas e outras restrições. Ele é um belicista, porém é um empresário. Isso o distingue da nossa versão da direita tupiniquim. Bolsonaro não entende nada de economia, nem pensou em fazer a economia brasileira crescer. Ele se concentrou em manter o poder. Trump, ao contrário, sabe que precisa fazer a roda da economia girar. Ele ameaça, mas, no extremo, aceita negociar. Não vai à guerra, pretende fazer bons negócios para suas empresas e seus protegidos. Seu Deus é o dólar.

O novo presidente dos Estados Unidos promete expulsar os migrantes que, segundo ele, envenenaram a vida no país. Se ele conseguir, o que é difícil, vai acabar com a mão de obra barata no mercado norte-americano. Quem faz a colheita das frutas na Califórnia são os latinos. Quem limpa banheiros, corta grama e cuida das crianças são os latinos que ele quer expulsar. Os africanos dirigem os táxis. Se ocorrer a expulsão em massa, a vida vai ficar muito mais cara para o americano médio.



O que é capitalismo racial?

» PETRÔNIO DOMINGUES
Doutor em história (USP),
professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS)



A expressão “capitalismo racial” surgiu na África do Sul, no contexto do regime do apartheid, durante a década de 1970. Seus ideólogos — os intelectuais marxistas Martin Legassick, David Hemson, Neville Alexander e Harold Wolpe — argumentavam que, naquele país, capital e raça estavam entrelaçados. A África do Sul seria uma sociedade capitalista e racista, baseada na segregação, espoliação e humilhação de pessoas negras.

Enquanto os intelectuais liberais argumentavam que o apartheid era uma excrescência, um ponto fora da curva da virtuosa economia de mercado, os marxistas enfatizavam que o racismo era inerente ao sistema capitalista, razão pela qual ele sobreviveria ao fim da segregação, produzindo mais desigualdades e injustiças de raça e classe na África do Sul. Incrível como essas previsões, lidas 30 anos depois do término daquele regime de segregação racial, revelaram-se certas.

É essa engrenagem nefasta que Martin Legassick, David Hemson, Neville Alexander e Harold Wolpe batizaram de capitalismo racial. Com eles, esse conceito foi colocado em circulação no mundo Atlântico, sendo apropriado pioneiramente nos Estados Unidos por Cedric Robinson, com a

publicação do livro *Black Marxism*, de 1983. Robinson — um político marxista — preconizava que a sociedade europeia era racista antes mesmo do capitalismo.

Esse sistema não só teria sido gestado no bojo do racismo, como o potencializou a partir do século 16, quando o capitalismo precisou instrumentalizar as hierarquias raciais para se reproduzir e se expandir por meio da escravidão, da violência, da expropriação, do imperialismo e do genocídio. Assim, sem o racismo preexistente da Europa, não haveria capitalismo.

O livro de Robinson não causou, inicialmente, grande impacto no mainstream acadêmico dos Estados Unidos. Porém, mais recentemente, com a emergência de movimentos sociais, como o Black Lives Matter (Vidas Negras Importam), e a crise econômica que assola aquela nação, o conceito de capitalismo racial ganhou destaque, sendo visto como importante ferramenta analítica para entender as contradições engendradas pela marcha do capitalismo contemporâneo. Todavia, o conceito também assumiu contornos políticos, os quais têm orientado as lutas sociais e o protesto do movimento negro contra a ordem vigente, fundada na opressão racial e na exploração do capital.

O conceito de Robinson tornou-se, assim, um mote para galvanizar a resistência antirracista. No entanto, no meio acadêmico, não é consensual. A principal crítica é de que Robinson incorre em anacronismo: sua noção de raça é trans-histórica. O racismo não surgiu antes do capitalismo. Pelo contrário, foi apenas com o advento da escravidão africana, na modernidade, que ocorreu a cristalização da raça.

Para Robinson, o capitalismo racial é o único tipo que existiu. Esse pressuposto é verdadeiro. Historicamente, nunca houve capitalismo sem racismo. Por seu turno, raça não é o único marcador a estruturar o sistema capitalista. Como várias pesquisas têm assinalado, o capital opera com mais de uma clivagem: ao mesmo tempo que se pauta pela lógica da competitividade do mercado (ente abstrato e cego quanto à cor), ele otimiza suas taxas de lucro discriminando e hierarquizando grupos humanos. A raça é um dos atributos da distribuição desigual da mais valia, porém, não é o único. Gênero, sexualidade, idade, ecologia, por exemplo, são outros dispositivos que fazem parte dessa equação.

Para quem acredita que as mulheres, a comunidade LGBTQIA+, as crianças e o meio ambiente também são submetidos ao esbulho do capital, o termo “capitalismo racial” pode parecer insuficiente, vez que o sentido desse sistema de exploração do trabalho é, a um só tempo, classista, racial, androcêntrico, heteronormativo, adultocêntrico e ecodestrutivo. Dessa perspectiva, o pressuposto de Robinson precisa ser problematizado: postular que nunca existiu um capitalismo não racial é diferente de afirmar que o capitalismo racial foi o único que existiu.

Independentemente do sentido semântico, uma coisa é certa: capitalismo racial é uma expressão que se incorpora cada vez mais ao vocabulário (analítico e político) e, com ela, somos provocados a se debruçar sobre alguns dos desafios pungentes do tempo presente. Parafrazeando Du Bois, o problema do século 21 é, ao que parece, o problema racial.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (Interina))



circacunha.df@dabr.com.br

Comissões e omissões

É sabido que, em nosso país, a cada enxadada, mais e mais minhocas vão brotando do chão. Essa sentença seria positiva se fosse apenas uma referência à fertilidade do solo brasileiro. Ocorre que esse antigo ditado popular se refere justamente a uma nefasta herança cultural e política que faz com que, quanto mais se investiga um caso suspeito neste país, mais e mais vão surgindo fatos a demonstrar ramificações e ligações profundas do escândalo com pessoas poderosas dentro e fora do governo.

O melhor, então, é não investigar ou investigar sem chegar a conclusões definitivas, ou mesmo deixar que o assunto caia no esquecimento e vá parar no fundo de uma gaveta empoeirada e escura nos labirintos burocráticos dos arquivos mortos. Exemplos desse aparecimento de minhocas em nossa história logo no início de investigações são inúmeros e provam que a maioria dessas investigações, por suas possíveis e perigosas repercussões nos altos escalões, é logo deixada de lado. Afinal, a vida segue, a memória é curta e o melhor é não cutucar vespeiros.

Para quem se interessa pelo assunto, basta estudar as centenas de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) ou as operações deflagradas pela Polícia Federal ao longo das últimas décadas. A situação é tão surreal que muitas dessas investigações, iniciadas há anos, sequer tiveram ainda um ponto-final, ficando as evidências suspensas no ar.

As CPIs continuam, no entanto, a representar um dos dispositivos mais importantes do Poder Legislativo para investigar ações duvidosas dos governos. O problema aqui é que, quando uma dessas investigações ganha corpo, pelo número de assinaturas de apoio, logo os envolvidos cuidam de indicar nomes de sua bancada para fazer desandar os trabalhos dentro dessas comissões.

Também aqui os exemplos são diversos. Os dois presidentes que mais foram alvo de CPIs são Collor e Lula, por razões diversas, sendo que a CPI do Collor, também chamada de CPI do PC Farias, acabaria no impeachment daquele presidente em 1992. Anos depois, o Supremo Tribunal Federal o absolveu por falta de provas nas acusações de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Esse caso é curioso, pois, em maio de 2023, o próprio Supremo, por maioria dos ministros, condenou o ex-presidente a pena de oito anos e 10 meses em regime fechado. O caso ainda não teve um desfecho.

Com a saída de Collor, um ano depois tem início a CPI dos Anões do Orçamento, em 1993, quando uma comissão passou a investigar desvio de dinheiro do Orçamento da União por deputados e senadores que manipulavam as emendas parlamentares com o objetivo de desviar esses recursos para o próprio bolso. Seguiu-se a CPI do Judiciário em 1999, que apurou denúncias de corrupção nos tribunais, com desvios de verbas públicas destinadas às obras do TRT paulista.

Já em 2003, foi instalada a CPI do Banestado, cujo relatório final, pedindo o indiciamento de 91 pessoas, não foi sequer votado. Em 2005, tem início a CPI dos Correios. Nessas investigações, a cada enxadada, iam se descobrindo novas ninhadas de minhocas, com esse escândalo redundando no chamado Mensalão, em que a prática de compra de parlamentares pelo então governo foi revelada.

Vem depois a CPI dos Bingos, que investigou o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Por suas trapalhadas, essa CPI passou a ser conhecida como CPI do Fim do Mundo, já que arrolava praticamente todas as autoridades do Executivo ou ligadas a ele. Um ano depois, é criada a CPI dos Sanguessugas, que passou a investigar 69 deputados e três senadores acusados de desviar recursos da área de saúde. Nenhum deles foi punido.

A CPI que não houve, ou seja, a CPI da Lava-Jato, não teve futuro, já que os próprios envolvidos no maior escândalo de corrupção da história deste país queriam investigar não os meliantes e os poderosos envolvidos, mas a força-tarefa do Ministério Público encarregada das investigações. Coube à então Polícia Federal, num tempo infensa a ideologias exóticas, cuidar desse escândalo, que resultou, pela primeira vez em nosso país, na prisão de poderosos e intocáveis, posteriormente inocentados, um a um, pelo Supremo.

A frase que foi pronunciada:

“O melhor programa econômico de governo é não atrapalhar aqueles que produzem, investem, poupam, empregam, trabalham e consomem”

Irineu Evangelista de Sousa,
o Visconde de Mauá

História de Brasília

Diz o sr. Hélio Fernandes que o sr. Francisco Laranja Filho passou a presidir de fato a companhia, e termina: “Lavrou sua própria sentença de morte.”

(Publicada em 25/4/1962)